

Demonstrações Financeiras

MEZ 3 Energia S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do Auditor Independente

MEZ 3 Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek,
1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP,
04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
MEZ 3 Energia S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da MEZ 3 Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.



Shape the future
with confidence

Mensuração do ativo contratual

Conforme divulgado na nota explicativa 3.3 às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de performance de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 6, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo contratual da Companhia era de R\$ 75.474 mil. O ativo contratual refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos da concessão.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, conforme divulgado na nota explicativa 2.3, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise da determinação de margem nos projetos em construção, relacionado aos novos contratos de concessão, e aos projetos de reforços e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica já existentes, verificando a metodologia e as premissas adotadas pela Companhia, para estimar o custo total de construção, e o valor presente dos fluxos de recebimento futuro, descontado a taxa de juros implícita que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimentos; (iii) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (iv) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao preço do contrato; (v) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo contratual; (vi) análise da alocação da contraprestação prevista nos contratos de concessão a cada uma das obrigações de performance; (vii) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (viii) análise da eventual existência de contrato oneroso; (ix) análise dos impactos oriundos da Revisão Tarifária Periódica (RTP), por meio de inspeção das notas técnicas e consultas públicas emitidas pelo órgão regulador, recálculo do valor presente do fluxo contratual dos ativos da concessão, com base na nova Receita Anual Permitida (RAP)



**Shape the future
with confidence**

e verificação das glosas de projetos e das bases de remuneração; (x) avaliação dos seguintes aspectos relacionados aos projetos de construção: (a) análise do cumprimento do cronograma físico das obras em andamento, bem como a verificação da existência ou não de itens anormais ao cronograma físico atualizado da obra, com possíveis alterações de projeto, ou mudanças de fornecedores que possam gerar custos não capturados pelos controles internos da Companhia; (b) avaliação das variações entre o orçamento inicial e orçamento atualizado das obras em andamento, e as justificativas apresentadas pela gestão da obra para os desvios; e (c) caso aplicável, verificação de indícios de insuficiência dos custos a incorrer, para conclusão das etapas construtivas do empreendimento; (xi) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (xii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas de construção, assim como as divulgações nas notas explicativas 2.3, 3.3 e 6 são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



**Shape the future
with confidence**

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**Shape the future
with confidence**

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Fm F. A. Noronha Andrade', is written over the printed name.

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

MEZ 3 Energia S.A.

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.225	1.379
Concessionárias e permissionárias	5	780	876
Almoxarifado		200	200
Partes relacionadas	12	985	316
Tributos e contribuições a compensar		142	141
Ativo contratual	6	7.607	7.341
Adiantamento a fornecedores		4.311	3.862
Outros ativos circulantes		66	54
Total do ativo circulante		15.316	14.169
Não circulante			
Caixa restrito	4	3.132	2.094
Ativo de contrato	6	67.867	66.824
Total do ativo não circulante		70.999	68.918
Total do ativo		86.315	83.087
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	3.432	3.502
Debêntures	8	1.773	4.645
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais		104	116
Provisão pré-operacionais	9	9.444	9.546
Outros passivos circulantes		76	47
PIS e COFINS diferidos	10	298	268
Total do passivo circulante		15.128	18.124
Não circulante			
Debêntures	8	39.884	36.336
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	960	2.201
PIS e COFINS diferidos	10	2.712	2.439
Total do passivo não circulante		43.556	40.976
Patrimônio líquido			
Capital social	11	5.844	5.844
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	32.371	31.881
Prejuízos acumulados		(10.583)	(13.739)
Total do patrimônio líquido		27.632	23.986
Total do passivo e patrimônio líquido		86.315	83.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 3 Energia S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	13	8.038	20.003
Custo de implementação de infraestrutura	14	-	(14.020)
Custo de operação e manutenção		(486)	-
Lucro bruto		7.552	5.983
Despesas gerais e administrativas		(832)	(1.299)
Outras despesas operacionais		4	(713)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro		6.724	3.971
Receitas Financeiras	15	373	223
Despesas financeiras	15	(4.851)	(2.784)
		(4.478)	(2.561)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.246	1.410
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(331)	(245)
Imposto de renda e contribuição social diferido	10	1.241	329
Lucro líquido do exercício		3.156	1.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 3 Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	3.156	1.494
Total de resultados abrangentes	<u>3.156</u>	<u>1.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 3 Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023		5.844	(15.233)	25.180	15.791
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	6.701	6.701
Lucro líquido do exercício		-	1.494	-	1.494
Saldos em 31 de dezembro de 2024		5.844	(13.739)	31.881	23.986
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	-	-	490	490
Lucro líquido do exercício	11	-	3.156	-	3.156
Saldos em 31 de dezembro de 2025		5.844	(10.583)	32.371	27.632

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 3 Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	3.156	1.494
Encargos de Debêntures	4.676	4.779
Caixa restrito	(1.038)	(153)
PIS e COFINS diferidos	303	569
IRPJ e CSLL diferidos	(1.241)	329
	5.856	7.018
Aumento nos ativos		
Contas a receber	96	(876)
Estoque	-	(200)
Ativo de contrato	(1.309)	(16.190)
Impostos a recuperar	(1)	17
Partes relacionadas	(771)	10
Outros ativos	(463)	(3.737)
	(2.447)	(20.976)
Aumento nos passivos		
Fornecedores	(70)	1.894
Obrigações sociais e trabalhistas	(12)	(45)
Provisões pré-operacionais	-	9.546
Outras obrigações	30	16
	(52)	11.411
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	3.357	(2.547)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Adiantamento para futuro aumento de capital	490	6.701
Amortização do principal e juros de debêntures	(4.000)	(3.870)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(3.511)	2.831
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	(154)	284
Caixa e equivalentes no início do exercício	1.379	1.096
Caixa e equivalentes no fim do exercício	1.225	1.379

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

11. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A MEZ 3 Energia S.A. (“Companhia” ou “Transmissora”), controlada pela MEZ T1 Transmissora e Participações S.A., que possui como controladora do grupo econômico a MEZ Energia e Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2018 e está estabelecida na Avenida Ibirapuera, S/N, Anexo Altura do número 1753, conjunto 151 e 152 parte, Indianópolis, São Paulo - SP.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.2. Da Concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 24/2018 - ANEEL, datado de 20 de setembro 2018, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 230/138 kV Rio Claro 2 e seccionamento da LT 230 kV Rondonópolis - Rio Verde

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$4.988 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA, no mês de julho de cada ano e será passível de revisão tarifária que ocorrerá no 5º, 10º e 15º ano da concessão.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Da Concessão--Continuação

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à Transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

A Companhia entrou em operação em 10 de maio de 2025, iniciando assim o recebimento de 100% de sua RAP (Receita anual permitida).

A Administração avalia constantemente a estrutura de capital e posição financeira da Companhia, preservando sempre a solidez e foco de longo prazo dos seus projetos. Essa avaliação é feita com base na avaliação da situação financeira da Companhia, que visa organizar a estrutura de capital durante a fase de construção e durante a fase de operação, sendo que cada fase possui riscos e custo de capital distintos.

Capital Circulante Líquido - CCL: A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2025, capital circulante líquido negativo de R\$188 (negativo em R\$3.955 em 31 de dezembro de 2025).

O Principal fator desse cenário é em relação aos empréstimos e debentures classificados no Curto Prazo e os Fornecedores que estão em negociação..

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Encargos regulamentares

Os montantes que serão faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.
- Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.
- Ministério de Minas e Energia (MME) - recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato, 10,72%. Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados, resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo, tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos, conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Determinação das receitas de operação e manutenção

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

i) *Classificação e mensuração*

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

i) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.1. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.3. Ativo de concessão - contratual

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão (Nota 6).

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao poder concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

b) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros (Nota 6).

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.3. Ativo de concessão - contratual--Continuação

b) Ativo de concessão - contratual--Continuação

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa que representa o componente financeiro do negócio, estabelecida no início de cada projeto; e (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

3.4. Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.5. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.8. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.8. Reconhecimento de receita--Continuação

a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado ao fim de cada obra.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base taxa de desconto de - 10,72% que representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar as especificidades do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

3.9. Despesas operacionais

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Correntes

A Companhia adota regime tributário do lucro presumido para cálculo do imposto de renda e contribuição social. O cálculo do imposto de renda tem como base 8% da receita total e sobre esse resultado é aplicada a alíquota de 25%, enquanto para o cálculo da contribuição social utiliza como base 12% da receita total e sobre o resultado aplicamos a alíquota de 9%.

Diferidos

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.11. Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

3.12. Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os pagamentos dos juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

3. Políticas contábeis materiais--Continuação

3.13. Novas e interpretações novas e revisadas pelo IASB

3.13.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

- CPC 40 – Estabelece os requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras relacionados a instrumentos financeiros, com o objetivo de permitir que os usuários avaliem a relevância desses instrumentos para a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como a natureza e a extensão dos riscos decorrentes desses instrumentos. A norma exige divulgações detalhadas sobre riscos de crédito, liquidez e mercado, além de informações sobre mensuração a valor justo e hierarquia de valor justo (níveis 1, 2 e 3), políticas de gestão de risco e métodos utilizados para mensuração. Base internacional: IFRS 7.

- CPC 48 – Estabelece os princípios para reconhecimento, classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros, além de definir o modelo de impairment baseado em perdas de crédito esperadas (Expected Credit Loss – ECL) e as regras para contabilidade de hedge. A norma determina que os ativos financeiros sejam classificados conforme o modelo de negócio da entidade e as características dos fluxos de caixa contratuais, podendo ser mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por outros resultados abrangentes (FVOCI) ou ao valor justo por meio do resultado (FVTPL). Também introduz um modelo prospectivo para reconhecimento de perdas de crédito, visando refletir antecipadamente riscos de inadimplência nos instrumentos financeiros. Base internacional: IFRS 9.

3.13.2. Normas emitidas ou alteradas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se aplicável, após emissão pelo CPC quando entrarem em vigor. A Companhia ainda não concluiu a sua análise sobre os eventuais impactos decorrentes da adoção das referidas normas.

- IFRS 18 – Estabelece nova estrutura para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, com foco na classificação de receitas e despesas em categorias (operacional, investimento e financiamento), definição de subtotais obrigatórios na Demonstração do Resultado do Exercício, divulgação de medidas de desempenho da administração e critérios para agregação e desagregação de informações nas demonstrações financeiras. Data de vigência: exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2027.

- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras. Início da vigência em 01 de janeiro de 2027.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa e bancos	77	850
Aplicações financeiras em CDB	1.148	529
	<u>1.225</u>	<u>1.379</u>

As aplicações estão representadas por investimentos compromissados de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas de 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Abaixo está demonstrada a abertura por instituição financeira.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa restrito	3.132	2.094
	<u>3.132</u>	<u>2.094</u>

O Caixa restrito, refere-se a conta reserva obrigatório da debentures com o Banco Itaú. A conta reserva deve estar formada até o pagamento da primeira parcela das debêntures, que neste caso ocorreu em outubro de 2023. A reserva constituída é formada pelo valor de uma parcela da dívida, até a data do pagamento.

5. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Concessionárias e permissionárias	780	847
Outras contas a receber	-	29
	<u>780</u>	<u>876</u>

	<u>31/12/2025</u>
Títulos vencidos em até 30 dias	740
Títulos vencidos há mais de 90 dias	40
Total	<u>780</u>

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

5. Concessionárias e permissionárias--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, nenhuma provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD foi registrada, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber, da avaliação e monitoramento do risco de crédito tendo em vista que os recebíveis são garantidos por meio do Operador Nacional do Sistema (ONS).

6. Ativo de contrato

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial	74.165	57.975
Receita de Implementação de infraestrutura líquida de Margem	57	12.869
Remuneração do ativo de concessão	7.938	7.733
Revisão tarifária periódica	-	(740)
Receita de operação e manutenção	712	687
(-) Faturamento	(7.398)	(4.359)
	<u>75.474</u>	<u>74.165</u>
Circulante	7.607	7.341
Não circulante	67.867	66.824
	<u>75.474</u>	<u>74.165</u>

7. Fornecedores

Os valores referem-se substancialmente a materiais e serviços para a obra a serem liquidados até o final do próximo exercício.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecedores	3.432	3.502
	<u>3.432</u>	<u>3.502</u>

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

8. Debêntures

a) Composição

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxa de juros a.a.</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Banco Itaú - Debêntures	BRL	15/04/2044	IPCA + 7,1629%	41.657	40.981
				41.657	40.981
				<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo circulante				1.773	4.645
Não circulante				39.884	36.336
				41.657	40.981

b) Movimentações

Movimentação 2025

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>	<u>Encargos de Debêntures</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Saldos em 31/12/2025</u>
Banco Itaú - Debêntures	40.981	4.676	(2.904)	(1.096)	41.657
	40.981	4.676	(2.904)	(1.096)	41.657

Movimentação 2024

<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Saldos em 31/12/2023</u>	<u>Encargos de Debêntures</u>	<u>Amortização de juros</u>	<u>Amortização de principal</u>	<u>Saldos em 31/12/2024</u>
Banco Itaú - Debêntures	40.072	4.779	(3.366)	(504)	40.981
	40.072	4.779	(3.366)	(504)	40.981

Debêntures Banco Itaú

A Companhia celebrou junto ao Banco Itaú a debênture CVM 476, não conversível, com a taxa IPCA + Spread 7,1629%, para arcar com os custos de implantação do projeto. A amortização ocorre de forma semestral e a primeira parcela ocorreu em Outubro/2023. As debêntures possuem entre as suas obrigações o atingimento do ICSD mínimo calculado anualmente de 1,2x a ser calculado baseado nas demonstrações contábeis regulatórias, o qual foi atingido no exercício de 2025.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

8. Debêntures--Continuação

b) Movimentações--Continuação

Os vencimentos das parcelas de circulante são os seguintes:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
2025	-	4.645
2026	1.773	1.126
2027	4.200	1.236
2028	4.400	1.364
Após 2028	31.284	32.610
	<u>41.657</u>	<u>40.981</u>

c) Garantias

	<u>Instituições Financeiras</u>	<u>Moeda</u>	<u>Taxa de juros a.a</u>	<u>Garantias</u>
MEZ 3	Banco Itaú - Debêntures	BRL	IPCA + 7,1629%	(i) Fiança Corporativa da MEZ Energia e Participações S.A. até o completion financeiro; (ii) Alienação Fiduciária das Ações da SPE; e (iii) Cessão Fiduciária dos Direitos Creditórios da SPE, Direitos Emergentes Concessão, Apólices de Seguros, Contas Bancárias e Conta Reserva do Serviços da Dívida como o valor de uma PMT.

9. Provisões pré-operacionais

As provisões pré-operacionais são decorrentes dos custos de construção incorridos na fase de implantação, para as quais ainda não houve desembolso financeiro. Tais desembolsos ocorrerão de acordo com negociações comerciais e serão substituídas pelo faturamento de fornecedores.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisões Pré-Operacionais	9.444	9.546
	<u>9.444</u>	<u>9.546</u>

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

10. Impostos correntes e diferidos

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Pis e Cofins	9.1	3.010	2.707
Imposto de renda e Contribuição social	9.2	960	2.201
		3.970	5.506

10.1. Pis e Cofins diferido

Refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita de construção e a Remuneração do Ativo Contratual sob a alíquota de 3,65%.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração dos ativos da concessão apurada sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14. A legislação decorrente da reforma tributária sobre o consumo prevê alterações no regime desses tributos a partir de 31 de dezembro de 2026. A Administração acompanha os desdobramentos normativos e regulatórios relacionados ao tema. Eventuais impactos contábeis decorrentes dessas alterações, inclusive quanto aos saldos de PIS e COFINS diferidos, dependerão da consolidação do entendimento sobre tais regras e da eliminação das incertezas atualmente existentes, o que poderá incluir a formalização do entendimento regulatório pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, esperada para 2026, e somente serão reconhecidos pela Companhia após a conclusão das análises aplicáveis e quando atendidos os critérios de reconhecimento e mensuração previstos nas normas contábeis vigentes, considerando, ainda, a obtenção de segurança jurídica e regulatória.

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	2.707	2.138
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	57	12.869
Receita de Remuneração do ativo de contrato	7.938	7.733
Receita de operação e manutenção	712	687
Revisão Tarifária periódica	-	(740)
(-) RAP	(7.398)	(4.359)
Base de cálculo	1.309	16.190
Alíquotas PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Ajuste exercícios anteriores	-	(22)
Outros	255	-
PIS e COFINS diferidos	303	569
Total	3.010	2.707

	31/12/2025	31/12/2023
Circulante	298	268
Não circulante	2.712	2.439
	3.010	2.707

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

10. Impostos correntes e diferidos--Continuação

10.2. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos--Continuação

São registradas diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos tributos citados, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social diferidos, se refere ao montante acumulado de ativo de contrato em 31 de dezembro de 2025 sob o percentual de presunção de 8% e 12% respectivamente provenientes do regime de incidência de lucro presumido.

a) Impostos diferidos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Imposto de renda diferido	532	1.429
Contribuição social diferida	428	772
IR e CS diferidos (Não circulante)	960	2.201

b) Reconciliação da receita (despesa)

	<u>31/12/2025</u>		<u>31/12/2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Receitas diferidas	8.706	8.706	21.289	21.289
Percentual de Presunção	8%	12%	8%	12%
Base de Cálculo Presumida	696	1.045	1.703	2.555
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	174	94	426	230
Outros ajustes	(14)	(8)	(212)	(146)
Realização de Impostos diferidos	(1.057)	(430)	-	-
Impostos de renda e contribuição social diferido	(897)	(344)	214	115

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social subscrito é de R\$5.844, dividido em 5.843.697 ações ordinárias no valor nominal de R\$1,00 cada.

O capital social da Companhia é composto como se segue:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
MEZ T1 Transmissora e Participações S.A.	5.303.208	5.303	90,75%	5.303.208	5.303	90,75%
Marcelo Macedo da Fonseca Pacto Comercializadora de Energia Elétrica e Gás Natural S.A.	350.622	351	6,00%	350.622	351	6,00%
	189.867	190	3,25%	189.867	190	3,25%
	5.843.697	5.844	100,00%	5.843.697	5.844	100,00%

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Seguem os valores de AFAC que ocorreram no exercício de 2025, os quais a administração da Companhia pretende converter em capital social durante o exercício de 2026:

Data	Valor	Sócio
Saldo anterior 31.12.2024	31.881	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
20/02/2025	440	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
07/05/2025	50	MEZ T1 TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
	32.371	

12. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 a companhia possuía o montante de R\$985 com a MEZ Energia e Participações S.A., referente ao compartilhamento de despesas amparado pela RN 948 da ANEEL. (R\$316 em 31 de dezembro de 2024).

A remuneração da Alta Administração é desembolsada pela controladora do grupo econômico MEZ Energia e Participações S.A.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

13. Receita operacional líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de Implementação de Infraestrutura líquida de Margem	57	12.869
Remuneração dos ativos de contrato	7.938	7.733
Receita de operação e manutenção	712	687
	8.707	21.289
(-) PIS sobre Receita - diferido	(102)	(221)
(-) COFINS sobre Receita - diferido	(471)	(1.008)
(-) Encargos Regulatórios	(96)	(57)
	(669)	(1.286)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	8.038	20.003

14. Custo de Implementação de Infraestrutura

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de implementação de infraestrutura		
Máquinas e equipamentos	-	(9.184)
Arrendamentos e Aluguéis	-	(305)
Pessoal	-	(209)
Material	-	(501)
Serviços de terceiros	-	(2.613)
Juros capitalizados	-	(2.103)
Adiantamento a fornecedores	-	731
Software	-	(99)
Outros	-	263
	-	(14.020)

15. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	373	193
	-	30
	373	223
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre debêntures	(4.676)	(2.682)
Outras despesas financeiras	(175)	(102)
	(4.851)	(2.784)
	(4.478)	(2.561)

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

16. Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2025		31/12/2024	
Receita realizada	7.398	7.398	4.359	4.359
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo total	592	888	349	523
Receitas financeiras			367	367
Base de cálculo	592	888	716	890
Alíquota utilizada para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social efetiva	148	80	179	80
Outros ajustes	69	34	(18)	4
Imposto de renda e contribuição social corrente	217	114	161	84

17. Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

a) Gerenciamento de riscos

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- (i) Risco de crédito.
- (ii) Risco de mercado.
- (iii) Risco operacional.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

Visão geral--Continuação

i) Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa - representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- Concessionárias e permissionárias - a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

ii) Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras e empréstimos, financiamentos e debêntures.

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas CDI e IPCA estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI e IPCA utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI, IPCA acumulado e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

ii) Risco de mercado--Continuação

- Fonte: a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

31/12/2025					
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	-25% Cenário A	-50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	1.148	Queda da taxa CDI	980	861	574
Caixa restrito	3.132	Queda da taxa CDI	2.673	2.349	2.558
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	-25%	-50%
CDI %			14,65%	10,99%	7,33%

Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

31/12/2025					
Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Passivos Financeiros					
Debêntures	41.657	Aumento do IPCA	43.723	44.239	44.756
Referência para ativos financeiros			Cenário provável	25%	50%
IPCA %			4,96%	6,20%	7,44%

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Gerenciamento de riscos--Continuação

Visão geral--Continuação

ii) Risco de mercado--Continuação

- Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

iii) Riscos operacionais

Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento Companhia.

- Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a re colocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável).
- Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente.
- Risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras Companhias representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- Caixa equivalentes de caixa - contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- Contas a receber - Ativo de Contrato - o ativo de contrato no início da concessão é mensurado ao valor justo e posteriormente mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno é calculada baseada no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo de contrato, através do recálculo da taxa interna de retorno. Desta forma, o valor justo do ativo de contrato mantido pela Companhia foi determinado de acordo com modelo de precificação baseado em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa interna de retorno. A taxa interna de retorno considera as condições do Leilão e dessa forma não sofre alteração pois a Companhia utiliza as premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido esses atualizados com base nas informações disponíveis em 31 de dezembro de 2025. A Administração considera que os saldos contábeis se aproximam dos seus valores justos.

- Debêntures - a Companhia considera que os valores justos para as debêntures existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Categorias de instrumentos financeiros--Continuação

- Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor justo através do resultado:					
Caixas e equivalentes de caixa	2	1.225	1.225	1.379	1.379
Caixa restrito	2	3.132	3.132	2.094	2.094
Passivos Financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedores	-	3.432	3.432	3.502	3.502
Debêntures	-	41.657	41.657	40.981	38.931

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados com os níveis a seguir:

- Nível 1 - preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

MEZ 3 Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicada)

18. Seguros

A Companhia tem a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da Administração.

A especificação em 31 de dezembro de 2025 por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia está demonstrado a seguir (valores expressos em Reais):

Seguradora	Apólice	Modalidade	Valor segurado	Valor do prêmio	Período de vigência
Fator	1005100004162	Resp. Civil Geral - Operacional	3.750	6	31/03/2025 a 31/03/2026
BVIX Seguradora	030.5.01.000115	Riscos Nomeados e Operacionais	12.374	19	31/12/2025 a 31/12/2026
MITSUI	1750002006	Seguro Garantia - Fiscal	38	2	27/02/2026 a 26/02/2031

Contador

Pablo Fernandes da Silva
CPF: 376.870.978-74
CRC: 1SP 292416/O-3

DIRETOR

Mario Sergio Rizk de Abreu
CPF: 128.423.968-29